

3. Diálogos entre Capistranos

Ao chegarmos a esta parte do trabalho, temos condições de identificar os elementos que fazem de Capistrano de Abreu um autor original na historiografia brasileira. Podemos também pensar que em sua trajetória intelectual, manifestaram-se diferentes faces de um trabalhador incansável, que se atira com emoção e dedicação à tarefa de escrever a História do Brasil que atendessem aos protocolos de cientificidade exigidos pela cultura de seu tempo.

Ao Capistrano descobridor da diversidade dos modos de vida do brasileiro bem como dos elementos formadores da nacionalidade, juntavam-se o processo de constituição da história como disciplina científica e o de sua própria formação como praticante daquela nova modalidade de conhecimento.

Este quadro que apresentamos, entretanto, pode transmitir ao leitor uma idéia de homogeneidade e de permanência que seriam enganosos. Entre o jovem Capistrano - que sonhava em redigir a História do Brasil apesar do peso da tradição de Varnhagen - e o pesquisador maduro que escreve a síntese que são os *Capítulos de História Colonial*, houve mudanças de planos expressivas. Assim, por exemplo, a História do Brasil que pretendia escrever na década de 1870, após ler Buckle, “no entusiasmo daquela leitura”, como escreve ao Barão do Rio Branco, não poderia ser a mesma que pensava no início do século XX, quase trinta anos mais tarde.

Nesta parte do trabalho, procuraremos demonstrar que os contemporâneos de Capistrano esperavam dele a redação da história do Brasil e como esta história acabou por se transformar nos *Capítulos*, limitados ao período colonial. Convicções científicas? Desencanto com a “filosofia da história”? Circunstâncias da vida? Como entender que a História do Brasil tão sonhada pelo autor, e que ele imaginava estar escrevendo, se transformaram nos *Capítulos*?

Ao tentar responder a estas perguntas, não estaremos cobrando do autor algo que ele não fez. Ao invés de lamentar que ele não tenha escrito a sua história do Brasil, preferimos perguntar o porquê disso e, assim fazendo, provocaremos Capistrano a um diálogo consigo próprio. Interessa-nos demonstrar os *Capítulos* como síntese e reavaliação de trabalhos feitos anteriormente ou no calor do próprio processo de escrita da síntese do período colonial que tanto o celebrizou.

Demonstrar os “bastidores” da sua obra historiográfica é percorrer, por dentro, o ateliê do historiador, com ele aprendendo a prática de um ofício exigente.

3.1 “A grandes traços e largas malhas”

Quando, em 1882, o jovem Capistrano de Abreu fazia suas críticas ao Visconde de Porto Seguro, comentou que este ao menos fizera uma “história seguida e completa” em vez de “monografias limitadas”, como procedera o então senador Cândido Mendes, único que poderia rivalizar com o autor da *História Geral*. Mas o que importa frisar é a razão apresentada pelo historiador cearense. É porque “não se pode comparar uma história seguida e completa com monografias limitadas”,¹ sugerindo a superioridade daquela forma de conhecimento representada pela *História Geral*.

Vimos na primeira parte deste trabalho como Capistrano alimentou o sonho de escrever a História do Brasil, apesar da sombra do pedestal de Varnhagen. Ele oferecera uma dupla justificativa para tal empreendimento intelectual: o avanço da disciplina como campo científico e o da própria nacionalidade, que parecia necessitar do auto-conhecimento fornecido pela história como mecanismo de impulso e continuidade para sua própria formação.

Como vamos encontrar aquela atitude otimista do jovem Capistrano alguns anos depois? Como entender que em vez da História do Brasil, Capistrano tenha se contentado em escrever os *Capítulos de História Colonial*? Seria apenas o fato de tê-lo feito sob encomenda, ou teria, pelo contrário, alguma relação com a própria convicção de que ainda não era chegado o momento de escrever a História do Brasil? Ou talvez ainda, um desencanto com as próprias possibilidades de estabelecer uma narrativa totalizante que imaginara alguns anos antes?

Para tentar responder às questões, é preciso provocar o autor a um diálogo consigo próprio. E não é apenas o ânimo com as possibilidades de estabelecer uma “história seguida e completa” que parece significativamente transformado no decorrer dos anos. Também suas convicções em relação ao futuro da nova nacionalidade do trópico parece que arrefecem e dão lugar ao ceticismo, à dúvida.

¹ ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro” in *Ensaios e estudos*, 1ª série, p. 134.

Após quase uma década de estudos e pesquisas na Biblioteca Nacional, a atitude do historiador cearense em relação ao propósito de escrever a História do Brasil não era mesma que manifestara em fins dos anos 1870 e início dos anos 1880, época em que redigiu os textos sobre Varnhagen e a partir dos quais pudemos observar a gestação de seu projeto intelectual. A verdade é que embora o sonho de escrever a História do Brasil tenha permanecido no seu horizonte, mudava a perspectiva a ser adotada. Capistrano não era mais o jovem entusiasmado que declarava a crença no “determinismo sociológico”² e que buscava discernir as leis que regem a sociedade brasileira.

Lendo uma carta ao Barão do Rio Branco, do ano de 1890, podemos discernir uma mudança de perspectiva do historiador cearense:

“Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a História do Brasil, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida – uma História modesta, a grandes traços e largas malhas, até 1807. Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base do nosso ensino”³

Na segunda parte deste trabalho, vimos que no decorrer da década de 1880, Capistrano trabalhou intensamente na Biblioteca Nacional e criou uma imagem de si mesmo como um historiador moderno. Neste percurso o jovem entusiasmado com o “determinismo sociológico” transformara, aos poucos, sua concepção. Já não lhe importava tanto a descoberta de leis inexoráveis quanto a leitura criteriosa da documentação no processo da investigação histórica. Embora não abandone perspectivas teóricas oriundas da sociologia ou da geografia, que transparecem na preocupação com uma filosofia da história do Brasil, o historiador reavaliava suas próprias idéias.

Essa mudança de perspectiva, não mais a História que sonhou há anos no Ceará, mas uma História “modesta, a grandes traços e largas malhas”, está ligada ao maior peso que o pesquisador adquirira sobre o narrador no espírito de Capistrano. As duas dimensões que deveriam se harmonizar no historiador

² ABREU, J.C., “A literatura brasileira contemporânea”, in *Ensaio e estudos*, 1^a série, p. 37.

moderno aparecem, por vezes, em conflito. A preciosa carta ao Barão do Rio Branco manifesta um momento desta relação às vezes conflituosa entre aquelas duas dimensões, sempre presentes para Capistrano. Ela nos faz ver que a possibilidade de quebrar os “quadros de ferro de Varnhagen”, tem relação com o trabalho de pesquisa empírica que poderia elucidar pontos desconhecidos da História do Brasil, algo que ele vinha realizando ao menos desde o início da década de 1880. Mas também, como vimos na primeira parte, com o uso da ferramenta sociológica para interpretar a realidade e discernir um fio condutor capaz de articular a documentação.

No que diz respeito aos acontecimentos que poderiam ser incorporados ao todo da história Pátria, por exemplo, “as bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado, pode dizer-se que são desconhecidas, como aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas. Estou passando seis horas por dia na Biblioteca, mergulhado em mss., espanando as poeiras do Conselho Ultramarino”.⁴ Conta-se que Capistrano tinha uma espécie de cadeira cativa na Biblioteca Nacional:

“Homem de poucos livros em casa, ele é o grande freqüentador da Biblioteca. Tem uma mesa especial para seus estudos, e para eles precisa de uma sala quase inteira. Senta-se à sua cadeira, manda descer rumas de volumes e começa a lê-los. Como é muito míope, lê com os olhos em cima das páginas, com o nariz cheirando as letras. E tudo o que lhe merece atenção vai transferindo para o papel, como nota. Ao fim da noite...existem laudas numerosas traçadas pelo seu lápis. Quase sempre ele se lembra de que deve dobrar aquelas laudas e metê-las no bolso...Não raro, porém, esquece-se disso, e as larga no mesmo lugar em que as redigiu. Algumas ficarão dentro das páginas dos livros consultados, ficarão ali esquecidas, mortas talvez para sempre, ou à espera de que neste planeta venha a florescer um dia um novo Capistrano que as encontre”⁵

A forte inclinação à pesquisa empírica que se manifestara a partir da década de 1880, faz sentido, como já argumentamos, se associada a uma dimensão narrativa ou a convicção de que a História do Brasil tinha um enredo – o da formação de uma nova nacionalidade no trópico. Podemos ver na carta ao Barão do Rio Branco citada acima aquela convicção claramente manifestada. Quando Capistrano

³ Carta ao Barão do Rio Branco [17/04/1890], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, p. 130.

⁴ *Ibid.*, p.130.

⁵ LEÃO, M., “Capistrano de Abreu e a cultura nacional” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 221, 1953, p. 108-9.

escreveu que pretendia “encadear melhor certos fatos” e “chamar a atenção para aspectos até agora menosprezados”, devemos ter em mente aquele enredo por trás de sua seleção. A História “a grandes traços e largas malhas” aponta talvez para a sua intenção de não tentar, por ora, escrever uma história exaustiva, totalizadora, mas seletiva e sintética, destacando pontos por ele considerados importantes para demonstrar seu argumento.

Entretanto, podemos levantar a hipótese de a sua inclinação à pesquisa tenha se tornado um obstáculo à tarefa de escrever a História do Brasil. Tanto porque a atividade absorvia o tempo que poderia dedicar à escrita, quanto pelo fato de que a convicção de que era preciso reunir a documentação antes de escrever, fazia com que se adiasse o plano. É como se, no limite, uma ameaça pairasse sobre o historiador cearense. Uma situação semelhante à da armadilha descrita por Gustav Flaubert em *Bouvard e Pécuchet*.

Estes, ao perseguirem a totalidade do conhecimento humano exaurindo seus diversos campos, acabam transformando sua busca inicial numa miragem sempre fugitiva:

“cada campo de conhecimento se revela contraditório, não sistemático ou simplesmente incapaz de dar uma representação adequada dos objetos que supunha capaz de descrever...tendo iniciado com o sonho e a esperança de um domínio total e racional do conhecimento, eles chegam à conclusão não apenas de que o conhecimento como uma totalidade é inexecutável, como toda tentativa de totalização é por definição, incompleta, infinita e caracterizada pelo acaso, pela contingência”⁶

A necessidade de juntar documentação, aguardar as histórias provinciais e os trabalhos em outros campos como a lingüística, a arqueologia, a antropologia, a literatura nos faz imaginar que a sua concepção de história tem alguma proximidade com o paradigma do conhecimento totalizante dos personagens de Flaubert. Leiamos o próprio texto de Capistrano:

⁶“each field of knowledge reveals itself to be contradictory, unsystematic, or simple unable to give na adequate representation of the objects it is supposed to describe...Having begun with the dream and hope of a total, finite, rational domain of knowledge, they come to realize that not only is knowledge as a given totality unavailable but that also any act of totalization is by definition incomplete, infinite, and everywhere marked by accident, chance, and randomness”.

DONATO, E., “The Museum’s Furnace: Notes toward a contextual reading of Bouvard and Pécuchet” in Josué V. Harari (ed): *Textual strategies. Perspectives in Post-Structuralist criticism*, p. 214.

“Os estudos históricos vão se adiantando. O Catálogo da Exposição de História é uma contribuição enorme; os trabalhos de Batista Caetano assentam os estudos lingüísticos num terreno científico; Barbosa Rodrigues, José Veríssimo e Serra, tentam penetrar a alma do indígena e arrancar o segredo de sua organização; Hartt lança, antes de morrer, as bases da arqueologia brasileira; Rodrigues Peixoto, ajudado por Lacerda, funda a Antropologia; Macedo Soares e Silvio Romero desfibram na raça atual a origem dos fatores desconhecidos; Araripe Júnior investiga as origens de nossa literatura; Silva Paranhos procura esclarecer aquele labirinto intrincadíssimo do Rio da Prata...Teixeria de Melo se atira às questões internacionais; Vale Cabral funda a Bibliografia Pátria e desvenda os anais da imprensa...e outros muitos trazem sua pedra para o monumento”⁷

Este trecho, escrito em 1882, antes da mudança de plano anunciada ao Barão do Rio Branco, deixa entrever claramente que para fazer Varnhagen descer de seu pedestal, era preciso aguardar que investigações de diversos ramos da ciência se desenvolvessem e complementassem. É interessante ter em conta a força desta imagem do monumento para o qual cada pesquisador traz sua contribuição. Ela contrasta com a História “a grandes traços e largas malhas” que privilegia o enredo da formação da nacionalidade e a combinação de uma documentação não exaustiva. Não se trata mais de narrar a História do Brasil em todos os seus aspectos, mas de enfatizar determinadas questões.

Ainda que não tivesse em mente, quando escreveu ao Barão, uma *História Geral* nos moldes que Varnhagen realizara, Capistrano se preocupava com a necessidade de recolher documentos, considerar questões levantadas por outras ciências para que no futuro, alguém - talvez ele mesmo - pudesse elaborar uma História “seguida e completa”.

Não podemos deixar de lado as circunstâncias que envolveram as sucessivas redações a que o autor submeteu sua reflexão até chegar a uma síntese: os *Capítulos de História Colonial*. Esta, com efeito, ficou sendo a sua História do Brasil, limitada ao período colonial tanto por convicções científicas quanto pelas circunstâncias de sua redação que precisam ser lembradas.

O peso que a questão da documentação adquiriu para Capistrano não nos deve fazer esquecer que o próprio autor se decidira por escrever a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. É que se considerarmos o conhecimento que Capistrano já tinha acumulado acerca da documentação ao longo de anos de pesquisa, podemos inferir que ficava faltando precisamente organizá-la numa obra

⁷ ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 146-7.

sintética, provisória que fosse, mas que pudesse responder a anseios existenciais do próprio historiador, cobrado que era por seus contemporâneos a escrever a História do Brasil.

3.2

Recriação e montagem. A escrita dos Capítulos de História Colonial

Na “Explicação” que escreveu para a 4ª edição dos *Capítulos de História Colonial*, José Honório Rodrigues relembra os diversos trabalhos que Capistrano fazia simultaneamente e que iriam resultar na redação dos *Capítulos*. Para tanto cita trechos da correspondência que ajudam a compreender como o sonho de escrever a História do Brasil é acalentado nos inícios do século XX e de que maneira ele se assemelha e contrasta com proposições anteriores acerca da mesma. Ali encontramos material para pensar como a História do Brasil que pretendia escrever acabou por se limitar ao período colonial. A sua exigência de juventude, “uma História seguida e completa”, acabou cedendo lugar a circunstâncias práticas.

No início do ano de 1900, Capistrano começara a se dedicar a uma nova edição de Varnhagen que deveria ser publicada pela Livraria Laemmert⁸. No mesmo ano, participava da confecção de uma coletânea comemorativa do 4º centenário do descobrimento do Brasil e continuava seu trabalho de publicar documentos, no caso os *Diálogos das grandezas do Brasil*.

Em carta a Oliveira Lima, o historiador comenta sua contribuição para o Livro do Centenário – um texto sobre o descobrimento do Brasil - e faz a seguinte observação: “A continuação da minha memória para o Livro do Centenário vai muito lentamente. Vou fazer um esforço para terminar o capítulo do litoral na próxima semana. Mas eu não nasci para escritor: para mim é sempre incômodo pegar na pena, e quanto mais velho vou ficando, tanto mais aumenta esta indisposição”.⁹ O conflito entre o pesquisador e o narrador reaparece neste

⁸ Carta a Guilherme Studart [5/02/1900]: “Ia chegando ao fim da carta, sem lhe falar da coisa principal. A livraria Laemmert me encarregou de publicar uma nova edição de Varnhagen. Já comecei a impressão e espero dar o primeiro volume até maio: ao todo, hão de ser três. Ficar-lhe-ia muito obrigado se V. quisesse me mandar as notas e retificações que tem sobre ele, e que, não preciso dizer, sairão com seu nome” in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, p. 149.

⁹ Carta a Oliveira Lima [27/10/1900], *ibid.*, vol. 3, p. 6-7.

comentário. As encomendas que recebia o forçavam a se retirar de suas atividades prediletas – de leitor e pesquisador – para se dedicar à escrita. Ao mesmo tempo, entretanto, elas estimulavam o historiador a reviver o projeto de escrever a História do Brasil e de tentar pô-lo em prática.

Tanto é assim que, no ano de 1901, continuando a trabalhar na publicação dos *Diálogos das grandezas* e na nova edição de Varnhagen, Capistrano pensava em aproveitar os esforços requeridos para estas tarefas para redação da História do Brasil. Escrevendo alguns traços auto-biográficos a pedido de Guilherme Studart, anotou sobre suas atividades mais recentes:

“Trabalha numa História do Brasil, de que o livro sobre o descobrimento dos portugueses – Rio, 1900 – contém as primeiras páginas; se, como é possível, a obra chegar ao fim, não passará de 400 a 500. Dela foram publicados sob o título *Revistas Históricas*, no Jornal do Comércio de 1899, os capítulos relativos ao povoamento do sertão (2 ou 3 artigos)”.¹⁰

Ao que parece os artigos mencionados acima foram publicados pela Sociedade Capistrano de Abreu, na coletânea sob o título de *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Seria preciso, entretanto, recuperar a história e as circunstâncias da produção de cada texto de Capistrano para melhor identificar sua intenção original, que certamente se perdeu com a publicação de seus trabalhos na forma de livro pela Sociedade Capistrano de Abreu.

Assim, por exemplo, é também com o título de “*Revistas Históricas*” que apareceram outros dois textos; um publicado na coletânea *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* e o outro na 3ª série dos *Ensaio e estudos*. A julgar pelas cartas acima citadas, estes dois artigos – “Solis e as primeiras explorações” e “João Cointa, Senhor de Bolés” – teriam mais em comum do que sugere a sua publicação em livros diferentes pela Sociedade Capistrano de Abreu. É provável que ambos estivessem nos planos do historiador para a confecção de sua sonhada História do Brasil. Mesmo que nenhum trecho destes artigos apareça na síntese final – os *Capítulos de História Colonial* – eles testemunham o desejo do historiador de transformar em realidade o projeto intelectual de redigir a História de seu país.

¹⁰ Carta a Guilherme Studart, [18/08/1901], *ibid.*, vol. 1, p. 152.

Capistrano prosseguia, em agosto de 1901, o trabalho para a escrever uma introdução para os *Diálogos das grandezas do Brasil*. Em comentário feito ao amigo Mário de Alencar, informava que lia novamente o livro para tentar finalizar o texto: “hoje vou ler pela n vez os Diálogos das grandezas do Brasil para sobre eles fazer a segunda e última parte da introdução”.¹¹ O interlocutor mais assíduo sobre a publicação dos *Diálogos* seria, entretanto, Oliveira Lima com quem troca idéias sobre a autoria da obra, entre outras questões:

“Os *Diálogos das grandezas do Brasil* vão bem: amanhã devo receber as últimas páginas de provas. O texto deu exatamente 151 páginas. Da introdução já escrevi a primeira parte, em que procuro demonstrar que o autor não podia ser nem Bento Teixeira, da *Prosopopéia*, nem Bento Teixeira Pinto, da nau Santo Antônio. O autor julgo que é Ambrósio Fernandes Brandão, mas é apenas uma *working hypothesis*”¹²

De fato, em toda a primeira parte da introdução aos *Diálogos*, Capistrano se empenha numa demonstração cuidadosa e clássica do ponto de vista metodológico – fazendo a crítica interna e externa do texto - para descobrir sua autoria. Esta nota erudita não seria aproveitada para os *Capítulos de História Colonial*.¹³ Os comentários feitos a Mario de Alencar como a Oliveira Lima sobre os *Diálogos* se detêm sobretudo nesta parte da crítica de autoria. Mas interessa notar que na segunda parte, o autor faz uma pequena sociologia do Brasil no século XVII, que seria aproveitada mais tarde, tirando as citações e os comentários eruditos, nos *Capítulos de História Colonial*.

Capistrano, não seria exagero afirmar, já era reconhecido como historiador pelo menos desde seu concurso para o Colégio Pedro II, fato que se confirmaria pelos sucessivos trabalhos de erudição que foram suas introduções a diferentes

¹¹ Carta a Mário de Alencar [17/08/1901], *ibid.*, p. 204.

¹² Carta a Oliveira Lima [13/11/1900], *ibid.*, vol. 3, Op.Cit., p. 8.

¹³ Em outra carta ao mesmo Oliveira Lima [21/02/1900], volta a mencionar a questão da autoria: “Comecei no Diário Oficial a reimpressão dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, que depois sairá em volume. No prólogo discutirei a questão da autoria, que cada vez duvido mais seja de Bento Teixeira. Outro autor não descobri por ora; estou à espera de informações que mandei pedir em Lisboa”, *ibid.*, p. 9.

É curioso notar que mesmo tendo praticamente definido o problema da autoria em favor de Ambrósio Fernandes Brandão, o historiador Oliveira Lima, correspondente de Capistrano quando este definia a questão, tenha omitido a informação em texto publicado em 1911. A passagem seguinte refere-se aos *Diálogos das grandezas*: “imediatamente após ele [Gabriel Soares de Sousa] um autor anônimo, desde que não se pode dizer com certeza que tenha sido o poeta da *prosopopéia*, orgulhava-se bastante de seu país, onde não tinha provavelmente nascido, mas havia vivido”, OLIVEIRA LIMA, M., *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, 2ª edição, 1997 [1911, original francês], p. 74.

documentos sobre o Brasil. Por exigência de seus contemporâneos, que Capistrano absorvia, tornava-se um desejo do cearense transformar aqueles trabalhos eruditos numa História, mesmo que “a grandes traços e largas malhas”.

Assim, não nos surpreendemos em encontrar trechos dos *Capítulos* que são reproduções quase que integrais de passagens da referida introdução aos *Diálogos das grandezas do Brasil*. O que interessa notar é que, obviamente, quando inseridos nos *Capítulos*, passam a fazer parte do enredo da História do Brasil. Toda a descrição da sociedade no século XVII que apareceu na introdução aos *Diálogos*, reaparece com uma redação ligeiramente modificada, no capítulo “Franceses e espanhóis” dos *Capítulos*. Suprimindo citações dos *Diálogos*, o texto dos *Capítulos* imprime um novo sentido ao comentário sobre o texto de Ambrósio Fernandes Brandão. Ele é pensado no quadro das transformações ocasionadas pela união ibérica.

Para Capistrano, este episódio da “história externa” teve conseqüências favoráveis, principalmente no que se refere à “eliminação completa dos franceses” do território brasileiro. O fim da dinastia de Avis fez com que os esforços do povoamento, antes divididos entre o Amazonas e o Prata, pudessem se concentrar sobretudo no norte.

“Os limites naturais da colônia indicaram-nos o Amazonas e o Prata. De ambos separavam o povoado distâncias enormes. Agora, se as distâncias persistiam as mesmas, podia-se em compensação concentrar esforços num só sentido, em vez de dissipá-los por ambos. Esperaria o Prata, já ocupado em parte;urgia senhoriar o Amazonas, ainda não investido, mas já cobiçado por diversas nações. Assim, caminho do Prata o trabalho reduziu-se a mera consolidação, ao estreitamento de malhas; para o Amazonas a expansão colonizadora se moveu acelerada”¹⁴

No capítulo, Capistrano dá destaque à ocupação do norte. De Itamaracá à Bahia, da Paraíba a Pernambuco. Após a narração de sucessivas expedições que impõem a derrota a La Ravardière, o historiador alude à fundação de uma fortaleza portuguesa na margem direita do Pará. “Estava dado o primeiro passo para a ocupação do Amazonas”, conclui. Logo após estas considerações entra, com modificações, o texto que havia sido redigido para a introdução aos *Diálogos*.

Há semelhanças no que se refere à descrição sociológica dos “estabelecimentos fundados por portugueses” que o historiador recolhe da

narrativa dos *Diálogos*. À localização geográfica dos mesmos – entre o Pará e Cananéia – segue-se a análise da hierarquia da sociedade e a da composição da população. Nos *Capítulos*, o texto foi ligeiramente modificado com a supressão de algumas citações dos *Diálogos* e de trechos do próprio Capistrano, que aparecem reescritos na sua obra síntese. Vejamos apenas um exemplo destas pequenas mudanças numa passagem em que o historiador, recorrendo aos *Diálogos*, caracteriza a presença do sentimento transoceânico nos povoadores do século XVII.

Na introdução aos *Diálogos*, escreveu:

“Mesmo se sobejassem os meios, não havia disposição para meter mãos a obras destinadas aos vindouros; esfolava-se cruamente a terra; tratava-se de ganhar fortuna o mais depressa possível para ir desfrutá-la além-mar, onde se encontravam comodidades, abundavam atrativos, a crosta de civilização não gritava a cada instante, e a onda de barbaria não se empinava incontrastável e perene. Assegura Pero Magalhães que os velhos acostumados ao país daqui não queriam sair mais, é possível”¹⁵

Nos *Capítulos*, o autor aproveita a passagem, modificando-a:

“Mesmo que sobejassem os meios, não havia pendor a meter mãos a obras destinadas aos vindouros; tratava-se de ganhar fortuna o mais depressa possível para ir desfrutá-la no além-mar. Informa-nos Gandavo que os velhos acostumados ao país não queriam sair mais. Seriam estes os seus primeiros entusiastas”¹⁶.

Nota-se, portanto, como reaparecem nos *Capítulos*, embora ligeiramente modificados, trechos da introdução aos *Diálogos*. É preciso, porém, ir além da constatação destas semelhanças. Importa perceber que ao redigir os *Capítulos*, o historiador imprime um novo significado ao texto que escrevera. É que, com dissemos, ele passa a fazer parte da História “a grandes traços e largas malhas”. É verdade que a idéia já estava subentendida na introdução aos *Diálogos*. Em ambos os textos, aparece o mesmo fio condutor da história Pátria. Vejamos como isso ocorre a partir da comparação de outro trecho que aproxima a introdução aos *Diálogos* dos *Capítulos*.

¹⁴ ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 99.

¹⁵ Id., “Diálogo das grandezas do Brasil” in *Ensaios e estudos*, 1ª série, p. 229.

¹⁶ Id., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit., p. 114.

Na introdução aos *Diálogos*, após caracterizar a “desafeição pela terra”, Capistrano escreve sobre a desafeição que “nutriam entre si os diferentes componentes da população”. Ela tinha relação com o complexo de inferioridade dos nascidos na terra, chamados de *mazombos*. “A simples existência do nome dá a entender uma espécie de *capitis diminutio*”, escreve o historiador. Do mesmo modo, “*moleque* foi talvez o nome dado pelos africanos a seus parceiros nascidos no aquém mar; *caboclos* eram primitivamente chamados os índios catequizados em aldeias pelos jesuítas”.¹⁷ Depois de aludir a esta desafeição, Capistrano faz o seguinte comentário:

“Este estado centrífugo começo a ceder desde a terceira e quarta décadas do século XVII. Reinóis, mazombos, moleques, caboclos, mulatos, mamelucos, curibocas, todas as denominações se sentiam com todas as diferenças que os apartavam irredutivelmente, mais próximos uns dos outros que dos holandeses, e daí a guerra que de 1624 a 1654 não se interrompeu enquanto o invasor calçou o solo da pátria. O mesmo sentimento de solidariedade foi-se avigorando a ponto de que, no primeiro e segundo decênios do século XVIII, o português passou à categoria de inimigo, e rebentaram as guerras dos mascates entre pernambucanos e dos emboabas, entre paulistas”¹⁸

Nesta passagem é possível observar o enredo da História do Brasil. A lenta e progressiva afirmação do sentimento de superioridade à metrópole e a superação do transoceanismo. Podemos lembrar aqui do que afirmamos na parte I deste trabalho. À medida que lê a documentação, Capistrano estabelece, ao mesmo tempo a narrativa que tem como fio condutor a formação do sentimento nacional.

Nos *Capítulos*, a redação sobre o tema se modifica:

“A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda e livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, reconhecia e sentia sua inferioridade”¹⁹.

¹⁷ ABREU, J.C., “Diálogo das grandezas”, Op.Cit., p. 230.

¹⁸ Ibid., p. 230.

¹⁹ ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 115.

Ao domínio destas forças “dissolventes” e “centrífugas”, correspondia a “consciência de multiplicidade” e não de unidade. Capistrano continua afirmando que

“Só muito devagar foi cedendo esta dispersão geral, pelos meados do século XVII. Reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos, caribocas, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns dos outros, apesar de todas as diferenças flagrantes e irreduzíveis, do que do invasor holandês: daí uma guerra começada em 1624 e levada ao fim, sem desfalecimento durante trinta anos. Em São Vicente, no Rio, na Bahia, e em outros lugares, por meios diferentes, chegou-se ao mesmo resultado”²⁰

Comparando-se esta última passagem com a da introdução aos *Diálogos*, nota-se de imediato que não há qualquer referência ao século XVIII. Embora possamos dizer que o mesmo enredo está por trás da narrativa em ambos os textos, nos *Capítulos*, Capistrano cortou referências a mascates e emboabas que estavam no texto da introdução. É que estes temas são tratados no capítulo IX dos *Capítulos*, intitulado “o Sertão”.

A partir destas comparações, acreditamos ter elementos para afirmar que a chave semântica “capítulos” adotada por Capistrano, confirma a hipótese de que a História do Brasil estava desenhada em seu pensamento. E podemos ver naquela chave semântica um ressurgimento de seus planos anunciados ao Barão do Rio Branco, de escrever a História “a grandes traços e largas malhas”.

Contemporâneo da publicação dos artigos sobre os *Diálogos*²¹ era o trabalho na nova edição de Varnhagen. Seguindo a correspondência daqueles anos, podemos acompanhar tanto a angústia de Capistrano em terminar a tarefa quanto perceber que ele pretendia aproveitar a ocasião para redigir a sua própria obra, relativizando a idéia daqueles que vêm na anotação da *História Geral* um sinal de que uma nova síntese não deveria ser tentada tão cedo pelas qualidades que o trabalho de Varnhagen apresentava. As críticas que fizera nos idos dos anos de 1878 e 1882 ao Visconde de Porto Seguro ganhavam, no início do século XX,

²⁰ Ibid., p. 115.

²¹ O segundo artigo sobre os Diálogos ficou pronto no início de setembro de 1901: “Estive terminando o segundo artigo sobre os *Diálogos das grandezas do Brasil*. Trabalho deu-me não pouco, mas ainda não está a meu gosto. Também agora não estou mais para esperar: vai assim mesmo para o jornal”, Carta a Mário de Alencar [09/09/1901] in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, p. 207.

novos contornos. Nesta época, Capistrano passa a desconfiar da capacidade crítica de seu antecessor, como confidenciava ao Padre Carlos Teschauer:

“Estou às voltas com a edição de Varnhagen, e espero publicar até o fim do ano o primeiro volume, que chegará até a conquista do Maranhão. Tem me dado muito mais trabalho do que pensava: o autor é de um descuido que se parece bastante com relaxamento. Pensava eu a princípio que os documentos examinados por ele não precisassem de novo exame, e que eu só tivesse que aproveitar novas monografias ou o material que ele não conhecia. Triste ilusão! Felizmente para o 2º e 3º volumes, tenho promessa de auxílio do Barão do Rio Branco, o que quer dizer que para as guerras holandesas e espanhola, nosso trabalho será pequeno”²²

Aqui podemos relembrar a primeira parte do trabalho, quando vimos Capistrano construir sua auto-imagem como historiador moderno tendo Varnhagen como uma espécie de reflexo especular do qual procura se diferenciar. A sombra do “pedestal de Varnhagen” volta a se projetar sobre o historiador cearense, quando do trabalho de anotação da *História Geral*.

Por sua correspondência com Guilherme Studart, vemos que Capistrano planejava escrever a História do Brasil ao mesmo tempo em que revisava a *História Geral*:

“Pretendo acompanhar cada volume do Varnhagen (serão três, o 1º acaba na conquista do Maranhão) de uma introdução de cem páginas, fazendo a síntese do período correspondente. Se levar isso ao cabo, fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da História do Brasil, um volume de formato de um romance francês”²³.

A revisão de Varnhagen era, portanto, uma oportunidade de ir além dele, principalmente através da busca de documentação não utilizada pelo Visconde de Porto Seguro. Nesse sentido, há um constante embate travado por Capistrano consigo mesmo para se libertar dos “quadros de ferro” de Varnhagen. O trabalho

²² Carta ao Padre Carlos Teschauer [20/04/1904], *ibid.*, vol. 3, p. 360.

Ainda neste mesmo sentido, podemos citar uma carta a Guilherme Studart [28/10/1903]: “Dou-lhe a agradável notícia que espero por fora até o fim do ano o 1º volume de Varnhagen. Tem me dado um trabalhão; ele é muito mais descuidado e inexato do que pensava a princípio: basta ver a cambulhada que fez de Francisco Caldeira e Alexandre Moura. Toda a expedição do Maranhão precisa ser escrita de novo: eu tinha pensado em lhe pedir uns documentos inéditos que V. possuía sobre ela, mas agora é tarde”, *ibid.*, vol. 1, p. 162.

²³ Carta a Guilherme Studart [28/10/1903], *ibid.*, p.162.

Praticamente a mesma observação é feita em outra carta ao mesmo conterrâneo [sd]: “Quero ver se precedo cada volume do Varnhagen de uma longa introdução: assim farei sem grande dificuldade a história do Brasil a que reduzi minhas ambições”, *ibid.*, vol.1, p. 163.

de anotação poderia sugerir que o cearense estivesse apenas completando o que o antecessor deixou realizado, retificando pontualmente suas imperfeições ou deficiências. Mas se seguirmos sua correspondência veremos que essa não era sua única intenção, pois pretendia escrever a sua própria História. É importante frisá-lo porque o resultado final não foi o planejado. As introduções de cem páginas se transformariam e teriam outro destino, a saber, a publicação de pequenos artigos na revista *Kosmos*. A materialidade resultante da revisão de Varnhagen – ao menos nos próprios volumes da *História Geral* – ficou limitada às notas e não deixariam ver, se estudadas isoladamente, sua intenção de renovar o conhecimento da história Pátria.

Para Capistrano, não podemos ter dúvida, escrever a História do Brasil lhe proporcionaria um profundo sentimento de realização. Não pelo reconhecimento que lhe propiciaria, pois à essa altura já era um historiador consagrado, mas pela possibilidade de coroar sua trajetória intelectual. Os contemporâneos de Capistrano dele esperavam que publicasse a história do Brasil e ele, certamente, pressionava a si mesmo para realizá-lo. Era portanto, um desejo íntimo que sua trajetória anterior exigia.

Além das encomendas que lhe eram feitas, testemunhos desta expectativa dos contemporâneos, podemos recorrer a alguns traços de sua biografia para referir ao “equilíbrio entre silenciosos e tagarelas”. Aos últimos, faltaria a prática da pesquisa cuidadosa. Barbosa Lima Sobrinho recuperou um encontro entre Capistrano e um contemporâneo e colega não menos conhecido:

“Conta João Ribeiro que uma vez lhe havia perguntado por que não lia menos e não escrevia mais. Respondeu-lhe Capistrano que havia quem já escrevesse demais, lendo muito menos. ‘Senti o remoque’, comenta João Ribeiro, ‘que não vinha a mim, reconhecendo a necessidade de equilíbrio entre os tagarelas e os silenciosos. Nesse tempo, eu escrevia pouco. Contudo, lastimo que ele não quisesse escrever toda a nossa história e só ele poderia fazê-lo com autoridade. Fez, todavia muito’”²⁴

É curioso notar que, salvo engano, Capistrano jamais se referiu à História do Brasil de João Ribeiro, publicada em 1900 e que teve um grande êxito entre os

²⁴ Apud SOBRINHO, B.L., “Capistrano de Abreu – historiador” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 221, out.-dez. 1953, p. 79-80. Todo este volume é dedicado a Capistrano de Abreu.

contemporâneos²⁵. Um silêncio eloqüente, talvez um sinal de vaidade da parte do historiador cearense, que arvora para si mesmo a tarefa de escrever a História do Brasil.

O trabalho na edição de Varnhagen se prolongou durante os primeiros anos do novo século, e a escrita da História do Brasil ia sendo adiada, apontando o conflito entre o pesquisador e o narrador, ou, entre silenciosos e tagarelas. Em fins de 1904, escreve ao seu amigo Guilherme Studart, a quem solicita documentos:

“Minha edição de Varnhagen está praticamente anotada até Mem de Sá: espero dar o primeiro volume até fim do ano ou janeiro. Qualquer destes dois enviarei os capítulos relativos aos três primeiros governadores. Estou ansioso por chegar ao terreno sólido em que começam tuas investigações e teus documentos. O primeiro volume tive de fazê-lo exclusivamente eu: para o segundo conto com o Barata²⁶, e tenho um exemplar do Rio Branco muito anotado, da História Geral e da História das Lutas. Conto muito contigo!”²⁷

Assim, vemos a gênese da confecção das notas ao texto de Varnhagen. Elas são um indício da prática do historiador moderno que por meio delas aponta a procedência das fontes. Esta indicação, um dever de ofício claramente assumido pelo cearense, é cobrada do próprio amigo Guilherme Studart:

“Por que não dás a procedência dos documentos que publicas? Félix Ferreira, sujeito aliás pouco fidedigno, contou-me que indo um dia visitar Melo Morais, encontrou-o queimando uns papéis: estou queimando estes documentos, explicou-lhe o alagoano historiador (?), porque mais tarde, quando quiserem estudar História do Brasil, hão de recorrer às minhas obras. Tu não és Melo Morais. Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência. Tu não és Varnhagen. Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo von Ranke na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História?”²⁸

²⁵ Sobre a História do Brasil de João Ribeiro, cf. HANSEN, P.S., *Feições e fisionomia. A História do Brasil de João Ribeiro*.

²⁶ Trata-se de Manuel de Melo Cardoso Barata (Belém, 1841-id. 1916). Político e historiador brasileiro, era filho de ricos fazendeiros da ilha de Marajó e formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Participou das campanhas abolicionista e republicana. Senador pelo Pará, membro do IHGB para o qual legou sua biblioteca. Dados retirados da enciclopédia Delta Larousse, vol. 2

²⁷ Carta a Guilherme Studart [12/11/1904] in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol.1, p. 168.

²⁸ Carta a Guilherme Studart, [20/04/1904], *ibid.*, p. 165-6.

Na mesma carta, Capistrano se refere à coleção de documentos de Guilherme Studart. A seu juízo, torná-la uma coleção nacional seria tão importante quanto o emprego da moderna metodologia criada por Ranke. A tarefa de tornar pública a documentação era outro passo a ser dado para que a história do Brasil tomasse novo rumo, mais condizente com a moderna fisionomia do conhecimento histórico:

“imagina que tivesses começado a dar as indicações no catálogo de tua coleção: que bem não terias feito às letras brasileiras! Que serviço não terias prestado às bibliotecas e arquivos de Portugal! Como a *Coleção Studart*, em vez de concentrar-se nas mãos únicas do dono, que aliás é um prodígio, ficaria sendo uma coleção nacional”.²⁹

Na árdua tarefa de preparar a nova edição de Varnhagen, Capistrano pediu o auxílio de amigos como Guilherme Studart³⁰ e Ramos Paz para conseguir documentação desconhecida ou não aproveitada pelo Visconde de Porto Seguro. Para este último encomendou e esperou ansiosamente pela “Justificação de Mem de Sá”. Sobre ela, escrevia ainda em 1902 a Ramos Paz: “tem-me feito falta enorme; demorei a anotação de Varnhagen por causa dela”.³¹ E a 31 de agosto de 1904, não tendo ainda recebido o documento, volta a tocar no assunto: “Pode imaginar a impaciência com que espero a justificação de Mem de Sá: quanta novidade não há de conter! Apenas chegue, tratarei de imprimi-la nos Anais da Biblioteca, como já está o processo de Bolès, de que lhe guardarei um exemplar”.³²

Aqui voltamos a verificar o trabalho do historiador na publicação de documentos, fato que é preciso ter em mente. Em seu propósito de tornar pública

²⁹Ibid., p. 166.

³⁰ Além da carta já citada, vale ler este trecho de outra carta a Guilherme Studart [28/11/1906]: “Prometeste dar um suplemento ou outro volume de Documentos. Para quando será isto? Podes te gabar que ninguém ainda fez tanto como tu para esclarecer aquele período ignorado de 1600 a 1630. Nas anotações de Varnhagen tenho de citar-te a cada passo. É pena teres calado a procedência: como responder ao desalmado que puser em dúvida a autenticidade dos documentos” in RODRIGUES, J.H., *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, p. 177.

³¹ Carta a Ramos Paz [27/10/1902], *ibid.*, vol. 1, p. 14.

Ainda sobre a justificação e sobre a busca de nova documentação para continuar a anotação de Varnhagen, escreve ao mesmo Ramos Paz [02/06/1906]: “Acabei com a parte de Varnhagen relativa a Mem de Sá. A justificação serviu-me de muito. E com que mágoa vou meter-me agora no período de 1572 a 1602, sem poder consultar os documentos citados por Varnhagen e ainda não publicados. Apenas disponho de três documentos inéditos, mandados ainda pelo Lino de Assunção”, *ibid.*, p. 26.

³² Carta a Ramos Paz [31/08/1904], *ibid.*, p. 15.

a documentação, esbarrou não poucas vezes em dificuldades, como no caso da tentativa de publicar Frei Vicente do Salvador em fins do anos 1880³³.

A espera pela “Justificação de Mem de Sá” revela que Capistrano acreditava que a possibilidade de renovar o conhecimento da História se devia em parte à descoberta de fatos até então desconhecidos. Esta marca de uma concepção realista do conhecimento histórico - que apostava na crítica documental como meio de acesso à realidade do passado - não significava, entretanto, que o homem não interferia na escrita da História, já que a formulação de uma síntese dele dependia. A acumulação de fatos desordenadamente poderia se assemelhar a uma “coleção de documentos, antes reduzidos que redigidos” como escreveu certa vez numa crítica carinhosa a Frei Vicente do Salvador, um de seus cronistas prediletos.

A emoção envolvia Capistrano ao pesquisar. Ele se identificava com determinados autores, como o frade baiano. Conta-se que um amigo do historiador, tendo-o encontrado triste e abatido, perguntou-lhe o motivo. Capistrano teria respondido: “Ora, acabo de descobrir que a mãe de Frei Vicente do Salvador, cuja a obra eu ando revendo com tanto carinho, não era uma mulher honesta. Ela não devia agir assim. Devia lembrar-se do filho ilustre. Eu sou tão seu amigo. Essa descoberta me acabou”.³⁴ Sobre o livro de Frei Vicente, escreveu as seguintes palavras ao historiador português João Lúcio de Azevedo: “A impressão que lhe deixará Frei Vicente não pode ser igual à minha, pego de sopetão, folheando um livro de cuja existência não tinha certeza. Revivi a emoção do humanista da renascença, diante de um códice ressuscitado da antiguidade”.³⁵

Capistrano recebeu a tão aguardada justificação de Mem de Sá em fins de novembro de 1904³⁶. Com ela, pôde prosseguir a anotação de Varnhagen e

³³ Anos depois do fato ocorrido, relata a João Lúcio de Azevedo [26/01/1917]: “Por altruísmo empenhei-me com o diretor, Saldanha da Gama, cunhado e sucessor de Ramiz Galvão, para imprimir a *História do Brasil*, de Frei Vicente. Trabalho em pura perda: foi preciso que, por intermédio de Lino de Assunção, nosso amigo, mandássemos, Vale Cabral e eu, extrair uma cópia da Torre do Tombo e começássemos a publicá-la no *Diário Oficial*. Só assim cedeu”, *ibid.*, p. 29.

³⁴ FILHO, R.O., “A vida de Capistrano de Abreu” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 221, 1953, p. 62.

³⁵ Apud SOBRINHO, B.L., *Op.Cit.*, p. 82.

³⁶ Carta a Ramos Paz, [30/11/1904], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu.*, vol 1, p. 16.

confirmar suas projeções de que aquele documento continha importantes novidades, como escreve logo na primeira semana de dezembro:

“Contém grandes novidades sobre a primeira e a terceira expedições do Rio de Janeiro...Dá diversas particularidades sobre a viagem, até agora mal conhecidas, de Lisboa para a Bahia. Finalmente fixa certas datas e revela certos fatos de todo ignorados. Em suma, é documento muito importante, que completa outros. Nele, revela-se a psicologia de Mem de Sá. Não era um grande espírito; não teve a intuição de que o Brasil podia vir a ser um grande país”³⁷

Neste mesmo mês de dezembro de 1904, Capistrano receberia e aceitaria o convite de um dos proprietários da revista *Kosmos* para ali publicar sua História do Brasil. Fato que confirmava a expectativa de seus contemporâneos sobre uma História do Brasil de sua autoria e forçava o historiador a escrever. Desde que recebera o convite, começou a trabalhar e em abril de 1905 podia comentar com Guilherme Studart e com Ramos Paz que já iniciara a publicação:

“Um dos últimos dias do ano passado um dos proprietários do *Kosmos*, empregado na Biblioteca Nacional [tratava-se de Mário Behring], encontrou-me no momento psicológico e prometi-lhe publicar lá minha História do Brasil. Tomei como fato consumado o folheto sobre o descobrimento, impresso pelo Laemmert, e comecei com as primeiras explorações. Já saíram três artigos, o quarto está se compondo; desde ontem estou liberto da terrível divisão em capitâneas, o assunto mais incapaz de receber forma apresentável que eu conheço”³⁸.

Assim, Capistrano começava a concretizar, no início de 1905, o sonho de escrever a História do Brasil. Ele mudou planos feitos em outubro de 1903 de publicar prólogos de cerca 100 páginas antecedendo cada volume de Varnhagen por uma provável negativa do livreiro (Laemmert). Preferiu, então, publicar capítulos mensais na revista *Kosmos*. É o que o próprio Capistrano informa a Guilherme Studart:

“Por um dos vapores passados mandei-te, registrados, três números do *Kosmos* com o princípio da minha história do Brasil. Está-se compondo o quarto capítulo sobre os donatários e podes bem imaginar a minha alegria, vendo-me livre de tão rebarbativo assunto. Estes capítulos e os que se seguirão deviam servir de prólogo à edição do Varnhagen; quando disse ao livreiro que cada prólogo ficaria com mais de cem páginas, revelou entusiasmo bastante

³⁷ Carta a Ramos Paz [6/12/1904], *ibid.*, p. 19.

³⁸ Carta a Ramos Paz [12/05/1905], *ibid.*, p. 23.

moderado. À vista disso, optei pela publicação mensal, que terá a vantagem de tuas observações, notas e correções, que te peço agora, e não dispenso”³⁹

O próprio historiador usa as expressões “capítulos” e “história do Brasil”, o que significa que tinha claro para si um plano de trabalho que, se chegado a seu termo, daria luz a uma História “a grandes traços e largas malhas”. Nesta data, o século XIX ainda fazia parte de suas projeções.

Capistrano, entretanto, não continuaria a publicação na revista *Kosmos*. Parou no sexto artigo ou capítulo, como o próprio historiador denominava. Dos seis textos, quatro seriam aproveitados na redação do que seriam os *Capítulos de História Colonial*. Assim, por exemplo, o texto publicado em março de 1905, reaparece no capítulo II – “Fatores exóticos” – da obra síntese. Aí se faz um breve resumo da História de Portugal e do caráter do povo que colonizou o Brasil. Já o texto de abril de 1905, referente à Diogo de Gouveia e seus planos de povoar o Brasil, foi aproveitado nas duas últimas páginas do capítulo IV – “Primeiros conflitos”.⁴⁰

Uma nova encomenda faria com que sua atenção se desviasse para a elaboração de um “esboço histórico e geográfico do Brasil” para o Centro Industrial do Brasil, o que talvez explique a interrupção dos artigos para a revista *Kosmos*.

É provável que tenha começado a se preocupar em escrever aquele esboço em dezembro de 1905, pois já em janeiro do ano seguinte, escrevia a Ramos Paz: “Estou trabalhando a toda força num esboço histórico e geográfico do Brasil, que deve sair na Estatística industrial lá para setembro. Marcaram-me o limite de 120 páginas em 8.^{vo}; e tenho cinco meses para fazer tudo. Talvez seja um bem”.⁴¹

Dos três trabalhos praticamente simultâneos que Capistrano realizava no início do século XX - a anotação de Varnhagen, a publicação dos *Diálogos das grandezas* e os artigos para a revista *Kosmos* - estariam presentes traços no texto que viria a ser afinal sua história do Brasil. As diferentes ocasiões lhe serviram de pretexto para a elaboração de sua própria síntese, forçando-o ao trabalho de escrever.

³⁹ Carta a Guilherme Studart [12/05/1905], *ibid.*, p. 170.

⁴⁰ Cf. RODRIGUES, J.H., “Explicação” in *Capítulos de História Colonial*, p. 18-9.

⁴¹ Carta a Ramos Paz [02/01/1906] in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol.1, p. 26.

Vemos por sua correspondência que Capistrano inicia o século em intensa atividade intelectual. O excesso de trabalho lhe causa fadiga, e também ocasiona o atraso da publicação do livro encomendado pelo Centro Industrial do Brasil, obra coletiva com a qual Capistrano contribuiria com a História do Brasil. Ele se sentia culpado pelo atraso, como confessa ao amigo Guilherme Studart:

“Estou às voltas com o trabalho para o livro do Vieira Souto, ainda não impresso por minha culpa. Já escrevi a guerra holandesa; hoje pretendo liquidar os bandeirantes. Calculo cento e cinquenta a duzentas páginas para o período colonial. As lacunas são muitas, mas isto é minha menor preocupação. Levantando os andaimes, saberei melhorar o tujupar[sic]. Espero em dois a três meses escrever a história contemporânea”⁴²

A demora de Capistrano em finalmente entregar sua história tornava-se para ele um tormento. E tão logo acabasse sua contribuição, já tinha engatilhado outro trabalho. Na mesma carta a Guilherme Studart, vemos tratar-se de um estudo sobre a abertura dos portos, que faria cem anos em 28/01/1908. Neste trecho, pode-se também notar o estado de espírito do historiador:

“Apenas acabar o trabalho do Vieira Souto, terei de me ocupar com outro, relativo à abertura dos portos do Brasil. Será a última empreitada de minha vida. Penso às vezes em escrever uma monografia sobre o Conde de Sabugosa, para satisfazer o desejo de um amigo falecido – Vale Cabral: mas o tempo passa, a vida corre, e cada vez gosto menos de escrever e tenho tanta coisa ainda que ler, antes de partir para as regiões de onde ninguém volta...Adeus! Adeus!”⁴³

O cearense dá sinais de que a escrita da sua história ia se tornando tormentosa devido às circunstâncias e também à sua preferência pela leitura e pela pesquisa. Tal como na anotação de Varnhagen, o historiador procurava o auxílio de Guilherme Studart para redigir algumas partes das “Noções de História do Brasil até 1800”, título que figura no índice da coletânea *O Brasil e suas riquezas naturais*. Era o “livro do Vieira Souto”, como o chama Capistrano antes que eles se transformassem, em separata, com o título de *Capítulos de História Colonial*.

Enquanto redigia a parte sobre o Maranhão, queixa-se a Guilherme Studart sobre as condições a que era forçado por causa do pouco tempo disponível e da economia necessária para tratar de assunto que considerava importante, como já demonstrara nos artigos publicados no *Jornal do Comércio* em 1899, mais tarde

⁴² Carta a Guilherme Studart [13/11/1906], *ibid.*, vol. 1, p. 176.

reunidos pela Sociedade Capistrano de Abreu com o nome de *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*:

Passei esses últimos dias ocupado com teus Documentos, tua História Portuguesa de Severim de Faria e o volume dos Anais da Biblioteca Nacional relativo ao Ceará e Maranhão. Quer isto dizer que estou escrevendo a parte relativa ao Maranhão do trabalho encomendado pelo Vieira Souto. O capítulo, simplíssimo à primeira vista, complica-se para quem tem que reduzi-lo a cinco ou seis páginas. E ainda tenho de tratar das minas...de tudo enfim. E cada vez tenho menos idéia e menos gosto. Sou verdadeiramente um galé⁴⁴

A imagem a que Capistrano recorre é eloqüente. Como se estivesse condenado a um trabalho forçado, o historiador prosseguia, a essa altura quase que contra a vontade, a escrever a História do Brasil. A parte relativa ao Maranhão era um dos núcleos do capítulo central dos *Capítulos*, “O sertão”. Vimos na parte dois deste trabalho, como, nos *Capítulos*, o historiador aproveitou trecho dos *Caminhos*, o que nos levou à consideração de que todo o capítulo “O sertão” estava esboçado nos artigos publicados no *Jornal do Comércio*, em 1899.

Estamos em novembro de 1906, dois meses depois do prazo de entrega de seu texto, e Capistrano não conseguira colocar o ponto final. Só o pensamento de que ainda teria que tratar da História contemporânea, causava mais angústia: “Por maior esforço, creio que ainda esta semana não terminarei. E depois ainda a revisão de provas! Creio que a parte colonial, única de que me ocupo agora, deitará duzentas páginas. Na história contemporânea não penso agora, para não virar maluco”.⁴⁵ Como se vê, o historiador ainda considerava, em novembro de 1906, a hipótese de tratar da História contemporânea no “livro do Vieira Souto”, idéia que abandonaria cerca de um mês depois, quando coloca o ponto final na síntese pressionado pela urgência da publicação da coletânea. Numa carta de janeiro de 1907, comenta os resultados do trabalho, manifestando sua insatisfação, e faz planos de continuar escrevendo a História até o fim daquele ano:

“acabo de pingar o último ponto do meu esboço. Custou! Deu trezentas páginas o período anterior a D.João VI. Se me perguntares se estou satisfeito com o que fiz, dir-te-ei francamente: não! Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por minha culpa, parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido. Quando, ainda no Ceará,

⁴³ Ibidem, p. 176.

⁴⁴ Carta a Guilherme Studart [28/11/1906], *ibid.*, p. 177.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 177.

concebi-a, a obra tinha outras dimensões. Cada ano levou consigo um lance ou um andar. A continuar mais tempo, ficaria reduzida a uma cabana de pescador. Mesmo agora tem uns ares de tapera. Agora tenho de passar ao século XIX. Conheço-o pouco e mal. Creio que não entrará no livro do Vieira Souto, porque não pode esperar, já esperou demais. Isto aliás me é indiferente: o importante é escrever a coisa. Propus ao José Carlos Rodrigues reeditar o livro no fim do ano para distribuí-lo aos assinantes do *Jornal do Comércio*”⁴⁶

Se insistimos em relembrar a gênese dos *Capítulos de História Colonial*, é porque ela ajuda a compreensão de que alguns fatores circunstanciais interferiram diretamente na composição da obra. É provável que a encomenda para o “livro do Vieira Souto”, tenha interrompido a publicação de sua história do Brasil na revista *Kosmos*. Continuando a publicá-la nesta revista, assumiria afinal outra forma, pois certamente o historiador teria mais tempo e tranqüilidade para compô-la.

No entanto, não só fatores circunstanciais influenciaram o resultado final – *Capítulos* em vez de História do Brasil. Se assim o fosse, como explicar que a segunda edição dos *Capítulos*, planejada logo após sua publicação, também não foi realizada? Pesava também a sua propensão maior para a pesquisa,⁴⁷ da qual o narrador desperta quando são feitas as solicitações de seus contemporâneos para escrever sua história. Nesse sentido, recompor a gênese dos *Capítulos* permite uma percepção clara do conflito interior de Capistrano entre as dimensões do historiador moderno presentes em seu espírito: o pesquisador e o narrador. O conflito testemunha também sobre a simultaneidade dos processos de pesquisa e narração.

As circunstâncias da elaboração dos *Capítulos*, deixam em suspenso, entretanto, uma questão. Por que o historiador deixou de fora de sua narrativa a Conjuração Mineira? Se lembrarmos as suas críticas a Varnhagen, veremos que aquele acontecimento era um dos componentes daquilo que Capistrano chamou de “ensaios de afirmação nacional”. Por que então, a deixou de lado quando da redação dos *Capítulos*?

É verdade que Capistrano de Abreu pouco escreveu sobre Tiradentes, o que dificulta a solução do enigma. Oito anos depois da publicação dos *Capítulos*

⁴⁶ Carta a Guilherme Studart [07/01/1907] *ibid.*, p. 178.

⁴⁷ Além das passagens já citadas, podemos citar esta outra apenas para mostrar a recorrência de sua pouca vontade de escrever: “Como vês, trabalho não falta; sinto porém minguada a capacidade para trabalhar, e escrever torna-se cada vez mais difícil e mais penoso”, Carta a Guilherme Studart [07/01/1907], *Op.Cit.*, p. 178.

fez a Mário de Alencar, o seguinte comentário sobre o Alferes: “Porque, tendo estudado o depoimento de Tiradentes e a sentença da alçada, sou obrigado a repetir a versão corrente e a colocá-lo no Panteon? Nunca escrevi sobre ele; nos *Capítulos*, dada a escala, não entrou porque não cabia; tenho emitido minha opinião em conversa: é tão fácil derrubar o que não chega a ser granito”.⁴⁸ Aqui, parece claro que o historiador justifica a ausência de Tiradentes por ter consciência de que os *Capítulos* retratavam a História “a grandes traços e largas malhas” e, portanto, de forma não exaustiva. “Dada a escala, não entrou porque não cabia”. Mas será apenas esse o motivo? Vejamos mais de perto outros comentários escritos em época próxima à da redação dos *Capítulos* feitos por Capistrano sobre Tiradentes para tentar elucidar a questão.

Uma pista interessante está no texto “Notícias Atrasadas”, publicado no jornal *A Notícia*, em 1903. Nele, o historiador comenta o número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* correspondente ao primeiro semestre de 1902, que reproduzia trabalhos publicados entre os anos de 1839 a 1842. A pretexto de uma carta de Joaquim Silvério dos Reis, um dos delatores de Tiradentes, fez o seguinte comentário:

“a história o tem salientado [a Joaquim Silvério dos Reis] de modo injusto. Não será para estranhar que algum jovem nortista, intrigado pelas honras prestadas a Tiradentes em detrimento dos mascates e dos republicanos de 17, se proponha a provar que Silvério foi um benemérito, porque a conjuração mineira nunca adquiriu uma arma nem passou de conversas ociosas, queria a desmembração do Brasil e não sua unidade, avançava um movimento destinado a falhar, miseravelmente, sem o abalo simultâneo das colônias espanholas”⁴⁹

Capistrano parece revelar nesta passagem a influência de Joaquim Norberto de Souza Silva, que, em 1873, publicara sua *História da Conjuração Mineira*. Neste livro, o autor procurara colocar Tiradentes em segundo plano, argumentando que ele passara de patriota a místico. “Tiradentes, segundo Norberto, tinha escolhido morrer com o credo nos lábios em vez de o fazer com o brado de revolta – viva a liberdade! – que explodira no peito dos mártires pernambucanos de 1817 e 1824”.⁵⁰

⁴⁸ Carta a Mario de Alencar, [09/09/1915], *ibid.*, vol. 1, Op.Cit., p. 241.

⁴⁹ ABREU, J.C., “Notícias Atrasadas” in *Ensaios e estudos*, 3ª série, p. 129.

⁵⁰ CARVALHO, J.M., *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*, p. 63.

Pensando na citação de Capistrano acima, vemos que o autor apresenta duas razões para desconsiderar a importância de Tiradentes, tal como ela se vinha apresentando no imaginário republicano.

A primeira está em estreita conexão com as posições de Joaquim Norberto. Este censurara Tiradentes por sua transformação – “prenderam um patriota; executaram um frade!” – e evocara os mártires pernambucanos “desafiadores, o grito da liberdade na garganta, verdadeiros heróis cívicos”.⁵¹ Capistrano também recupera justamente mascates e republicanos de 17 para referir a um certo exagero nas homenagens a Tiradentes. Aqueles movimentos, o historiador os considera como decisivos na formação de um “sentimento nacional”, o que repercute na sua “história íntima”. Com um peso maior para os mascates, pois Capistrano pouco avança na História do século XIX, que mantém como “um livro fechado a sete chaves” no dizer talvez exagerado de João Ribeiro.⁵²

Capistrano insiste em marcar posição independente em meio ao elogio de Tiradentes pelos intelectuais republicanos. Evocando a crítica histórica, o historiador cearense se recusa a colocar Tiradentes no Panteon. Nesse sentido, vai contra a corrente preponderante em fins do século XIX. Quando a república triunfou, tornou-se necessário estabelecer uma nova galeria de mártires republicanos, um processo que não se fazia sem disputas.

Expressão destas disputas estão no posicionamento de Joaquim Norberto, mas também na própria *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No tomo LIII de 1890, por exemplo, se reproduz uma conferência feita originalmente no *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, de um certo Major José Domingues Codeceira. Ele protestava contra o decreto do governo provisório de janeiro de 1890, que instituiu o 21 de abril como feriado nacional. Na sua argumentação, reclama a “glória” da celebração para o estado do norte, “por ter sido a primeira província que em seu solo plantou a soberba árvore da independência brasileira”.⁵³

Na sua apreciação sobre as datas históricas pernambucanas que poderiam estar no lugar do 21 de abril, figuravam a restauração de 1654, que provava que desde então “alimentávamos o desejo de libertamo-nos de Portugal”; o

⁵¹ Ibid., p. 67.

⁵² Apud GOMES, A. M.C., *História e historiadores*, p. 91.

10/11/1710, referente ao movimento dos mascates, sobre o qual observou que “ao pernambucano Bernardo Vieira de Mello cabe a glória de ter sido o primeiro, que no solo americano e em Pernambuco, tentou pôr em prática a independência nacional e com ela o governo republicano”; o 06/03/1817, em que “pela primeira vez se viu proclamada e tentada a realização de um governo republicano” e o 24/07/1817, que reforçava a posição preeminente de Pernambuco como defensor da idéia de independência.

A defesa da preeminência pernambucana se fazia pelo contraste com a Conjuração Mineira. Citando Joaquim Norberto, o major alegava que ela “não passou de um sonho domado de seus autores”.⁵⁴ Não interessa tanto perguntar sobre as distorções do passado que uma tal configuração da História pernambucana ocasionava, mas perceber a função simbólica que ela cumpriria no plano político.

É interessante notar que nos primeiros anos da História republicana, exatamente quando Capistrano se formava como historiador, as disputas políticas em torno da História ganhavam fortes contornos e dividiam não só republicanos e monarquistas, mas também republicanos de diferentes províncias. O maior peso político de estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, em contraste com o norte em decadência, foi fator decisivo para a “vitória” de Tiradentes.⁵⁵

Aparentemente recusando-se a se deixar envolver por paixões políticas, o historiador cearense recorria à crítica histórica para refutar a importância concedida a Tiradentes. Chama atenção também no parágrafo que sobre ele escreveu em 1903, que tenha qualificado a Conjuração como “separatista”. Esta parece ser a segunda razão pela qual não a teria colocado nos *Capítulos*. Ele queria a “desmembração do Brasil e não sua unidade”, escreveu em 1903.

Seria correto ver na exclusão da Conjuração Mineira dos *Capítulos*, uma espécie de reconhecimento de Varnhagen? Ou uma resultante de um diálogo interior de Capistrano consigo mesmo? Esta última alternativa nos força a perceber o historiador em meio à teia de significados atribuídos a Tiradentes construída em seu tempo. Ao mesmo tempo em que evoca a crítica histórica para refutar o papel daquele como herói da nacionalidade, o historiador revê posições

⁵³ CODECEIRA, J.D., “Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência nacional”, in RIHGB, LIII, 1890, p. 327.

⁵⁴ Ibid., p. 330.

assumidas anteriormente em sua obra para, de certa forma, advogar pelos movimento nortistas, vistos com mais simpatia pelo historiador como precursores da formação do “sentimento nacional”.

Talvez haja aí sinais de vaidade do historiador. Na carta em que recusa-se a colocar Tiradentes no Panteon, é nítido um tom de irritação e orgulho. Irritação por se sentir forçado a celebrar o herói da Conjuração. Orgulho por evocar a crítica histórica, como que se dizendo um dos poucos capazes – através do domínio da ferramenta do método histórico - de perceber a impropriedade a que os construtores da memória de Tiradentes conduziam a História do Brasil.

Mas voltemos às circunstâncias da elaboração dos *Capítulos*. Elas são reveladoras também no que diz respeito à tentativa de recuperar as intenções originais do autor. Algo que apenas a análise de seus trabalhos, publicados pela Sociedade Capistrano de Abreu, não permite elucidar. Aliás, a consulta à correspondência é fundamental para tentar resolver enigmas que a própria materialidade dos livros da Sociedade Capistrano de Abreu acabou criando.

No que diz respeito particularmente ao projeto de Capistrano de escrever a História do Brasil, é preciso aproximar textos como o *Descobrimento do Brasil* publicado pela Laemmert em 1900, o prefácio aos *Diálogos das grandezas do Brasil* e os artigos da revista *Kosmos* que se encontram espalhados em diferentes livros da Sociedade Capistrano de Abreu. Recuperar a intenção original do autor é uma das dificuldades de se lidar com a obra tal como organizada por seus sucessores e admiradores, dificuldade que persiste mesmo com o auxílio da correspondência.

Não foram apenas razões circunstanciais e a preponderância do pesquisador sobre o narrador que levaram o historiador a deixar sua história no período colonial, decorrência da modificação de seus planos, de compor uma História “a grandes traços e largas malhas”. Na última carta a Guilherme Studart que citamos (07/01/1907, nota 46), Capistrano faz considerações sobre como o edifício que imaginara ser capaz de construir foi, aos poucos, transformando-se numa pequena construção com “ares de tapera”.

⁵⁵ CARVALHO, J.M., *A formação das almas*, p. 67.

Neste ponto podemos voltar ao início desta parte, em que fazíamos alusão aos personagens de Flaubert e ao fim que levou o projeto de Bouvard e Pécuchet. Alimentando esperanças de compor uma “História seguida e completa”, esmiuçando cada um dos “pilares” da história Pátria, que fariam o edifício ficar de pé, Capistrano se diz “punido” por acreditar na “extensão da vida e na brevidade da arte”.

A História que pretendia escrever tinha conexões com o paradigma totalizante de que também partilhavam os personagens de Flaubert. A sua própria concepção do conhecimento histórico, portanto, contribuiu para que sua história do Brasil se tornasse uma miragem, sempre perseguida e que teimava em fugir de seu alcance. E para que o peso das circunstâncias – a urgência de publicar a coletânea do Centro Industrial - não seja tão decisivo quanto possa parecer, basta lembrar que o autor planejava continuar a escrever sua história, como vimos na carta de 07/01/1907 a Guilherme Studart, citada acima (nota 46). Um plano que modificou, como demonstraria a intenção de publicar uma segunda edição mais completa dos *Capítulos*⁵⁶, que por sua vez não seria concretizada. De qualquer forma, não mais se fala em *História do Brasil*, mas nos *Capítulos de História Colonial*.

Isso ocorre, talvez, porque o próprio autor considere que os *Capítulos* são literalmente capítulos da História do Brasil que tinha em mente. O título definitivo só foi dado após a publicação em separata do texto que figurava na coletânea *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*. Neste livro, o trabalho de Capistrano intitulava-se “Noções de História do Brasil até 1800”. Assim, a chave semântica que o historiador escolheu para o título da separata, nos permite reafirmar a transformação pelas quais passaram seus planos de escrever a História do Brasil. Da História “seguida e completa” que planejava no início dos anos 1880, quando escrevera sobre o visconde de Porto Seguro, a uma História “a grandes traços e largas malhas” que anunciava ao Barão do Rio Branco.

Se a hipótese levantada faz sentido, isto significa que há nos *Capítulos* a presença do enredo da História do Brasil a que fizemos referência ao longo deste trabalho. A partir dele é que podemos compreender como o historiador procura

⁵⁶ “Parto na próxima semana para a Tijuca, onde vou tratar da 2ª edição dos meus Capítulos”, Carta a Guilherme Studart [31/12/1907] in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, p. 180.

solucionar a questão de conciliar os “cinco grupos etnográficos” formados durante a colonização numa narrativa unificada.

Capistrano, ao mesmo tempo que descobre a diversidade de modos de vida em diferentes partes do território, busca algum elemento comum capaz identificá-los como uma nacionalidade. Na demonstração da existência de “cinco brasis”, Capistrano afirma para si mesmo uma alternativa ao quadro da história Pátria apresentada por Varnhagen, uma extensão “plana, sempre igual, que lembra as páginas que o brochador descuidoso repete”.⁵⁷

Em novembro de 1906, quando ainda trabalhava no “livro do Vieira Souto”, Capistrano escreve ao Padre Carlos Teschauer uma observação bastante relevante, pois destaca uma contribuição que o próprio historiador considerava original em sua história do Brasil e que o diferenciava da narrativa de cores desbotadas que ele via em Varnhagen:

“Devo nesta semana ou na outra terminar um esboço da história colonial. Aproveitei parte dos artigos da *Kosmos*; escrevi o século XVI, a guerra holandesa, as bandeiras: faltam-me a Amazônia que irá em poucas páginas, a Bahia, que pouco trabalho me dará, pois já a estudei em artigos do Jornal do Comércio; depois as minas e a diferenciação nacional. Com um artigo sobre a formação dos limites devo terminar o esboço, se eu não puder ao menos em traços gerais caracterizar os cinco Brasis: amazônico, litorâneo, baiano, paulista e riograndense. Creio dar tudo em duzentas páginas”⁵⁸

O leitor dos *Capítulos de História Colonial* se lembrará da última página em que descreve o resultado de três séculos de colonização. Ali o autor confirma a demonstração da existência de uma diversidade de modos de vida na colônia e, num tom pessimista, deixa em suspenso a possibilidade de que aqueles cinco grupos chegassem a formar um dia uma nacionalidade:

“É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania...Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas da terra um entusiasmo estrepitoso, sentido pelo português aversão ou ódio, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos”⁵⁹

⁵⁷ ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro” [1882] in *Ensaio e estudos*, 1ª série, p. 140.

⁵⁸ Carta ao Padre Carlos Teschauer [19/11/1906], in *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 3, Op.Cit., p. 365.

Os “cinco grupos etnográficos”, como dissemos na primeira parte deste trabalho, são considerados um ponto de partida para a formação da nacionalidade. Esta é uma das faces da herança colonial que deveria potencializar o surgimento de uma nova nação. Para demonstrar a convergência daqueles cinco grupos, seria preciso ir além do período colonial, vale dizer, escrever a História contemporânea (séc. XIX). Algo que ele chegou a anunciar, planejando incluir no “livro do Vieira Souto”, como vimos a partir de sua correspondência.

3.3 Rascunhos da História contemporânea

Se tivesse escrito um capítulo sobre o século XIX, Capistrano provavelmente retomaria um estudo que publicou a 1 de Janeiro de 1900 no jornal *A notícia*,⁶⁰ ou o trabalho sobre o Duque de Caxias, artigo da *Gazeta de notícias*, de agosto de 1903. Mesmo que não fosse o caso, nestes dois estudos encontramos suas considerações sobre o século XIX redigidas no momento em que concretizava o sonho de escrever a História do Brasil. São textos que desviam Capistrano de seu tema predileto: a formação da nação através do estudo do povoamento. O tratamento que dá ao período se faz por uma história dos acontecimentos políticos e, talvez por isso, praticamente seguindo década a década o transcorrer do século.

Os *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1899), como também os *Capítulos de História Colonial* terminam colocando ao leitor uma interrogação: será que o território ligado por vias terrestres e fluviais formava um conjunto, uma nacionalidade? Ou, nos termos dos *Capítulos*, teriam os “cinco grupos etnográficos uma consciência nacional? A resposta negativa sugere que apenas no suceder do quarto século seria alcançado aquele ponto de chegada. Ele já se esboçava no texto dos *Caminhos antigos* (1899), quando apontava a transmigração da Coroa portuguesa como acontecimento que determinava o fim do sistema colonial⁶¹, argumento que reaparece em “O Brasil no século XIX”⁶². O

⁵⁹ ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 256.

⁶⁰ Id., “O Brasil no século XIX” [01/01/1900] in *Ensaios e estudos*, 3ª série.

⁶¹ Capistrano escreve em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*: “Assim, no princípio do século último estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais. Chegar-se-ia a formar um conjunto, uma nacionalidade? O sistema colonial era a divergência, o particularismo; o centro ficava além mar. Por circunstâncias conhecidas, a corte

estabelecimento de um governo próprio, internalizando o centro que estava fora, é critério de soberania e da possibilidade de auto-governo.

“O Brasil no século XIX”, inicia com a vinda da família real para o Brasil e com a avaliação das mudanças que este acontecimento ocasionou: “No Rio, onde fixou a Corte, decretou a liberdade de profissões, introduziu a imprensa, organizou tribunais superiores, curou da instrução e favoreceu a ciência”.⁶³ Nos treze anos de permanência em terras brasileiras, o Príncipe-Regente, “Subordinou-as [as terras brasileiras] a um centro que até então falhara, pois nesta ausência se refinava a essência do regime colonial”.⁶⁴

Com este texto de Capistrano, temos uma rara oportunidade de verificar como, em seu pensamento, aqueles “cinco brasis” poderiam se transformar aos poucos numa nação. Aqui, entretanto, a demonstração se faz por um resumo da história dos acontecimentos políticos desde a chegada da Corte até a presidência de Campos Sales, uma abordagem bastante diversa da que estava acostumado a fazer. De qualquer forma, a “História contemporânea” que esboça no estudo sobre o século XIX, dialoga com sua produção anterior e foi pensada como parte da sua História do Brasil.

O século XIX é o período em que se consolida a idéia de nação e quando a “unidade da pátria” se torna triunfante. Antes da independência, as diferentes identidades capitaniais – baianos, pernambucanos, mineiros, paulistas, gaúchos – parecem mais fortes e coesivas entre si do que a idéia de uma nação brasileira.⁶⁵ A diversidade que Capistrano descobre quando estuda o povoamento do Brasil⁶⁶, tinha como contrapartida a falta de unidade e a tendência dispersiva que vigorara “três séculos depois”.

portuguesa transplantou-se e ficou intrínseco o centro que estava fora. Treze anos reinou D. João VI, dez anos reinou D. Pedro I, e tão suave começou a convergência das partes, e tão naturalmente correu o processo de unificação que, apesar das revoluções profundas realizadas nestes dois reinados, tudo se pautou por uma evolução gradual e legítima. Tão cimentada ficou a obra nacional que desafiou as crises que acompanharam a regência e ainda entraram pelo Segundo reinado” in *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, p. 74.

⁶² ABREU, J.C., “O Brasil no século XIX”, p. 91.

⁶³ *Ibid.*, p. 90.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 91.

⁶⁵ “E como paulistas e pernambucanos foram os primeiros a amar a sua terra e a orgulhar-se dela, os dois nomes já eram comuns, antes que se começasse a empregar o de brasileiros”, “Literatura brasileira” [1/03/1886], in *Ensaios e estudos, 4ª série*, p. 62.

⁶⁶ Na apresentação que fez à *Geografia geral do Brasil*, de A. Sellin [20/12/1888], escreveu: “O norte é mais original: lá houve nada menos do que quatro centros: Pará, Pernambuco, Maranhão e Bahia. O Ceará, no Cariri, recebeu o influxo baiano...daí seu caráter complexo. O sul no fundo é

No texto sobre o século XIX, que estamos considerando como um esboço que Capistrano provavelmente pensou em retomar para compor sua história do Brasil, a narrativa conduz a uma periodização. Embora deixe a impressão de uma simples seqüência cronológica pois Capistrano segue década a década, pode-se perceber, numa leitura mais atenta, o esforço em dar um sentido aos acontecimentos. O ponto de chegada da narrativa é a nação unificada. É interessante notar como, apesar da clara inclinação à História dos acontecimentos políticos aqui presente, Capistrano dialoga com seus textos anteriores e contemporâneos que abordavam questão semelhante – a formação da nacionalidade – sob prismas diferentes e tratando de tempos também diversos.

A independência política encontrara em toda parte adesão. Só na Bahia “provocou resistência, aliás de pouca dura”.⁶⁷ Capistrano segue enumerando os episódios que teriam ameaçado a consolidação da unidade da pátria, como a Confederação do Equador e a “revolução da Província Cisplatina”. Às reações contra a política absolutista de D. Pedro, juntava-se o sentimento de indignação que causava “o favor que recebiam os portugueses naturalizados de preferência aos brasileiros natos; fermentavam sentimentos republicanos e aspirações federalistas”.⁶⁸

Se as insurreições posteriores à independência como a Confederação do Equador e a revolução da Província Cisplatina são vistas como “separatistas” é porque contrariam um ponto de chegada tido como dado pela narrativa do historiador: a unidade da pátria. Se é verdade que Capistrano constatava, na experiência colonial, a existência de uma rica diversidade cultural – cinco brasis – não há como deixar de considerar que em sua lógica evolutiva, eles deveriam constituir uma só nação. E é precisamente esse o sentido por trás da “sucessão cronológica” apresentada em “o Brasil no século XIX”. É assim que “à regência deve-se a conservação da pátria grande; a maioria do Imperador dava-lhe um prestígio sobre-humano, porque o meio de todos os apuros, simbolizava

São Paulo” in SELLIN, A., *Geografia geral do Brasil*, Rio de Janeiro, 1889. [a apresentação não é paginada].

⁶⁷ ABREU, J.C., “O Brasil no século XIX”, Op.Cit., p. 91.

⁶⁸ Ibid., p. 93.

esperanças de dias melhores”.⁶⁹ A “fermentação revolucionária” continuou até 1845, após as pacificações empreendidas pelo Duque de Caxias.⁷⁰

A década de 50 aparece como ponto alto de uma nação que se sentia moça, como seu Imperador:

“pensou-se em epopéia nacional, e Magalhães fez a *Confederação dos Tamoios*, pensou-se em teatro nacional, e João Caetano fazia de gênio. Pensou-se em ciência nacional, e com um jacobinismo pouco comum nestes domínios em geral menos expostos às paixões exclusivas, instituiu-se uma comissão científica para explorar as Províncias do Norte, em que não se admitiu um só estrangeiro”⁷¹

Nesta citação, Capistrano retoma sua vertente mais original, ancorada na montagem de um corpo documental do qual a literatura nacional e o mapeamento do território seriam seções específicas. Neste “manuscrito interrompido” sobre o século XIX, é possível supor que o historiador teria investido nas narrativas dos viajantes naturalistas para compor um quadro mais amplo do que o da sucessão dos acontecimentos políticos.

Não foi o que se realizou em “O Brasil no século XIX”, que, aparece para nós como oportunidade de constatar como a noção de unidade e de uma territorialidade do Império do Brasil são afirmadas e tomadas como dado adquirido, a partir do qual se escreve sobre o passado. Mesmo que tenha por tema a História dos acontecimentos políticos, o texto permite visualizar respostas que o historiador dá a si mesmo quando perguntava sobre a possibilidade de que aqueles “cinco grupos etnográficos” organizassem uma nacionalidade. Aos poucos as identidades capitaniais deveriam ceder espaço para que uma identidade nacional pudesse aflorar, o que não cancela, entretanto, a diversidade da experiência colonial descoberta por Capistrano. Ela passa, pois, a fazer parte de um patrimônio cultural que distingue o Brasil como nação.

Numa periodização que fez da História do Brasil em fins do século XIX, Capistrano apontara a especificidade de cada século, numa antecipação da idéia de ciclos econômicos sucessivos que aparecem associados ao predomínio de identidades capitaniais respectivas. Podemos recuperar, assim, a sua filosofia da história, o sentido necessário a ser cumprido pela História:

⁶⁹ Ibid., p. 93.

⁷⁰ Ibid., p.93-4.

“Se quiséssemos designar cada século de nossa história por um epíteto aproximado, saberia [sic] o de pernambucano ao XVI, o de baiano-paulista ao XVII, o de mineiro ao XVIII, como o de fluminense ao que breve terminará. E do mesmo modo que a cultura do açúcar é o característico do primeiro, do segundo são as bandeiras e a criação de gado, do terceiro as minas e as deslocções da população, e do nosso o café, as estradas de ferro e a centralização”⁷²

Daqui se vê com nitidez que Capistrano considerava a dispersão dos cinco grupos etnográficos como um momento da história Pátria. O historiador opera com oposições binárias para caracterizar a colônia e a nacionalidade. Assim, formam-se em sua narrativa, além do já citado, os pares dispersão e unidade (centralização), sertão e litoral, vida social e a ausência dela ao fim de três séculos de formação. O século XIX, por sua vez, é interpretando como o momento em que se dava a centralização política e a conseqüente sobreposição de uma identidade nacional às identidades capitaniais.

Dizíamos que há, na narrativa capistraneana sobre o século XIX, um tom de crônica, como se o tratamento “científico” acerca daqueles acontecimentos, por serem muito recentes, fossem interditados ao historiador. Tratamento bem diverso é dado à História dos séculos anteriores. Resultado de uma evolução secular, a “história íntima” que o historiador narra prescinde, de certa forma, da História dos acontecimentos políticos.

Ao reconstituir as condições em que Capistrano redigiu seus trabalhos do início do século XX, vimos que eles podem ser percebidos como fazendo parte de um só projeto intelectual: escrever a História do Brasil. Embora não tenha, por razões que analisamos, avançado em seu projeto até a História contemporânea, podemos perceber pela correspondência, que ela fazia parte de seus planos enquanto redigia o texto que viria a se transformar nos *Capítulos de História Colonial*.

Perceber “O Brasil no século XIX”, a preparação da nova edição da *História Geral* de Varnhagen, o prefácio aos *Diálogos das Grandezas do Brasil* e os artigos para a revista *Kosmos* como circunscritos pela intenção de concretizar seu desejo de escrever a História do Brasil, permite-nos recuperar intenções

⁷¹ Ibid., p. 94.

⁷² ABREU, J.C., “Pernambuco e seu desenvolvimento histórico” [1894] in *Ensaio e estudos*, 4ª série, p. 179-180.

originais do autor que tenderam a se apagar com o tempo e com a materialidade dos volumes publicados pela Sociedade Capistrano de Abreu.

3.4 Manuscritos de Capistrano

Encontrados na Biblioteca da Sociedade Capistrano de Abreu, hoje localizada no segundo andar do prédio do Instituto Histórico e Arqueológico do Ceará, recortes de jornal colados em papéis soltos com anotações de punho do historiador cearense (Anexo), nos dão uma oportunidade privilegiada de observar o historiador dialogando consigo mesmo.

O conjunto de papéis em que o historiador colou alguns de seus trabalhos publicados na imprensa, parece que tinham como objetivo fazer revisões em seu texto. É difícil datar este material. Identificamos o texto pertencente aos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Com isso, poderíamos supor que se tratava da revisão ao texto para a sua segunda edição, publicada na *Revista América Brasileira*. Como a confrontação dos dois textos – o da *Revista América Brasileira* e o do *Jornal do Comércio* – não revela as mudanças sugeridas pelas anotações, não há como garantir que o objetivo das anotações era preparar a segunda edição dos *Caminhos*.

Por outro lado, as páginas estão numeradas pelo historiador. E na quinta página, encontramos escrito de próprio punho “Formação dos Limites” o que nos leva a deduzir que poderia ser então a preparação para uma segunda edição dos *Capítulos* e não dos *Caminhos*, em que ele planejava juntar parte dos textos dos *Caminhos* à nova edição do trabalho. Entre estes papéis estavam também recortes do texto de “Fases do Segundo Império”, publicado em 1925, o que complica mais a tentativa de decifrar o enigma. Seriam anotações de épocas diversas? Podem ser vestígios das “provas” a que submetia seus textos antes da publicação. Difícil decidir.

Seja como for, aí encontramos algumas anotações que se destacam. É o caso da substituição da palavra “bandeirantes” por “Conquistadores e mineiros” da qual já falamos. Esta preciosa informação confirmava a intenção de distinguir com clareza os dois tipos, formulação que aparecera nos *Caminhos* e que por

vezes, em seu próprio texto, deixavam-se confundir. Daí a correção que suas anotações sugeriam.

Estas anotações, aliás, são de difícil leitura. Mas vale citar uma outra passagem dos *Caminhos* em que risca-se a palavra “unificação” e coloca-se “solda”. Trata-se de um trecho em que o historiador discorre sobre os efeitos da vida da Corte portuguesa para o Brasil. “Treze anos reinou D. João VI, dez anos reinou D. Pedro I e tão suave começou a convergência das partes e tão naturalmente correu o processo de unificação (solda), que mesmo as revoluções ocorridas nos dois reinados não impediram uma “evolução gradual e legítima”. A palavra “solda”, colocada no lugar de “unificação”, parece transmitir com mais fidelidade aquilo que Capistrano buscou elucidar: a história íntima. Pois trata-se de um processo em que as diferentes identidades capitaniais se fundiriam numa identidade nacional. A imagem da solda se serve bem melhor para o propósito do que a da unificação, em que não há propriamente fusão, mas uma junção que preserva a individualidade das partes e, ao mesmo tempo, torna maior o risco da dissolução.

Outra modificação significativa aparece numa retificação à expressão “unidade brasileira”. Ela ocorria no artigo “Fases do Segundo Império”, de 1925. Aí ele pretendia substituir a expressão citada por “nacionalidade brasileira”. Em vez de “unidade” ele prefere “nacionalidade”. Mais uma vez parece prevalecer o seu conceito da “história íntima”. A nacionalidade remete à uma idéia interiorizada enquanto a unidade parece denotar com mais propriedade um conceito político e administrativo. Capistrano atenta, nisso seguindo traços da cultura alemã, para a dimensão do sentimento coletivo.

O interessante conjunto de folhas soltas encontradas numa caixa de papelão na única estante da biblioteca que lhe pertenceu em vida, nos faz pensar no tipo de abordagem do passado que Capistrano tentou estabelecer. Olhando menos para os “grandes personagens” da História do que para seus “heróis anônimos”, mais para a coletividade do que para indivíduo, o historiador cearense pretendeu escrever a história da formação de uma nacionalidade, em uma época de mudanças e questionamentos.

A nação, como escreveu Renan numa conferência tornada clássica e conhecida por Capistrano⁷³, é um plebiscito contínuo. Ao reconstituir a história da formação do sentimento nacional, Capistrano parece querer sinalizar para seus contemporâneos a necessidade de confirmar, através do conhecimento do passado, a eleição de um futuro comum para os diversos “grupos etnográficos” da jovem nação, reestabelecendo assim, um sentido para aquela experiência de “três séculos” de formação.

Tal empreendimento guarda íntima relação com a própria vida do historiador. O desejo de decifrar o sentido da experiência vivida pelos homens e de oferecer à nação uma narrativa de sua própria gênese, dá-nos testemunho daquilo que Capistrano considerava como o sentido de realização de sua própria vida.

⁷³ Mesmo que de maneira indireta, pois Capistrano traduziu o livro de Alfred Kirchhoff *O homem e a terra, esboços da correlação entre ambos* [1902] em que o autor discute o conceito de nação considerando a conferência – “o que é uma nação?” - de Renan pronunciada em 1882 na Sorbonne. (Cf. pp. 94-124)